



A ESCOLA COMO FERRAMENTA PARA A CONSTRUÇÃO DO RESPEITO A DIVERSIDADE

Célia Aparecida Araújo Lemos¹; Juliana de Oliveira Barbosa²; Leticia Damáris Alves Ferreira Gomes³; Silmara Sonally Silva Moreira e Sousa⁴; Betânia Maria Oliveira de Amorim⁵

¹Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Campina Grande *celia.2011.lemos@gmail.com*

²Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Campina Grande *julianabarbosa08@gmail.com*

³Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Campina Grande *leticiadamarisafg@gmail.com*

⁴Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Campina Grande *silmoreirasouza@hotmail.com*

⁵Professora orientadora Dra do curso de Psicologia da Universidade Federal de Campina Grande
betania_maria@yahoo.com.br

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo compreender o papel da instituição escolar na produção e enfrentamento do sofrimento psicossocial de estudantes Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais, considerando que este é um importante espaço de socialização e formação subjetiva. Para tanto, elegemos como objeto de análise os depoimentos de adolescentes e jovens LGBTs sobre suas experiências em espaços educacionais correlacionadas a sua orientação sexual e/ou identidade/expressão de gênero, divulgados por meio da Pesquisa Nacional Sobre o Ambiente Educacional no Brasil, publicada em 2016. Os referidos depoimentos foram elaborados em resposta a solicitação para relatar experiências pessoais caso desejasse, sendo que foram acolhidos 322 depoimentos, dentre os quais foram publicados 76 fragmentos a serem analisados no presente artigo a partir da *Análise Temática de Conteúdo* de Bardin. O processo de análise do material possibilitou a organização dos relatos em três classes temáticas, quais sejam: expressões da violência, protagonistas da violência e a violência e seus desdobramentos. Por fim, apontaremos como a Comunidade Justa pode constituir-se alternativa na construção do respeito a vida humana e a equidade de gênero.

Palavras-chave: Escola; Estudantes LGBTs; Violência de Gênero; Comunidade Justa; Respeito a diversidade.

INTRODUÇÃO

A diversidade em suas múltiplas manifestações, é um dos principais temas discutido nas últimas décadas. Na tentativa de garantir o reconhecimento da legitimidade de existência e resistência da vida em sua expressão plural, diferentes grupos sociais têm empreendido um esforço significativo na construção de ferramentas e espaços de diálogo que possibilitem a reconfiguração de padrões éticos e estéticos excludentes, responsáveis pela segregação de uma parcela significativa da população.

Nessa perspectiva, destaca-se as discussões acerca da diversidade sexual e de gênero, cuja visibilidade alcançada nos últimos anos vem sendo acompanhada de um crescente antagonismo por parte de grupos conservadores. Assim, a despeito dos avanços conquistados como, por exemplo, a aprovação da Resolução N° 12/2015 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais – CNCD/LGBT, que dispõe sobre o uso do nome social em instituições e redes de ensino, a inadequação aos padrões



heteronormativos resulta inúmeras vezes em sofrimento, exclusão e violência. A Pesquisa Nacional sobre Estudantes LGBTs e o Ambiente Escolar realizada entre dezembro de 2015 e março de 2016, da qual participaram 1.016 estudantes com idades entre 13 e 21 anos, evidencia que 60% dos participantes sentem-se inseguros no ambiente escolar e 73% já foram agredidos verbalmente em função de sua orientação sexual.

Berger e Luckmann (1985) apontam que, o sujeito vivencia diferentes realidades, dentre as quais se sobrepõe a realidade cotidiana construída por meio de encontros intersubjetivos e sentidos compartilhados. Nesse sentido, é considerada a realidade por excelência, cuja facticidade dispensa verificação, até que seus limites sejam confrontados pelo diferente, fato que desencadeará uma tentativa de integração, visto que, a assimetria acentuada entre a realidade subjetiva e a realidade objetiva ameaça a legitimidade dos referenciais que orientam o sujeito. Quando frustrada a tentativa de apreensão na rede de sentidos constituída, o sujeito recorre a negação e o aniquilamento daquilo que o ameaça (BERGUER E LUCKMANN, 1985). Assim, o confronto com o desconhecido é sempre desconcertante e problemático.

Partindo do princípio de que nas interações sociais se materializam os valores culturais internalizados no processo de socialização, a instituição escolar é um espaço naturalmente diverso e conflituoso em função da diversidade que o compõe, razão pelo qual é também potencialmente fértil no tocante a geração de novos referenciais. Desse modo, o presente trabalho busca compreender qual o papel da instituição escolar na produção e enfrentamento do sofrimento psicossocial de estudantes LGBTs. Em outras palavras, tendo em vista a dialética permanente que constitui a subjetividade e a realidade social, como a escola tem contribuído para a vivência da exclusão e violência dessa população? Qual o papel da escola na construção da equidade de gênero?

Estas indagações nos levaram a eleger como objeto de análise os depoimentos dos adolescentes e jovens LGBTs acerca de suas experiências em instituições escolares, apresentados por meio da Pesquisa Nacional Sobre o Ambiente Educacional no Brasil publicada em 2016. A escolha foi realizada em função da atualidade, confiabilidade, abrangência nacional da pesquisa e, sobretudo, a densidade das experiências relatadas.

METODOLOGIA

O material de análise constitui-se de depoimentos elaborados em resposta a solicitação de relatos sobre experiências pessoais, sendo que, foram acolhidos 322 depoimentos, dentre os quais, foram publicados 76 fragmentos a serem analisados no presente artigo a partir da *Análise Temática*



de Conteúdo de Bardin. Segundo Minayo (2014) a *Análise de Conteúdo Temática* diz respeito a um conjunto de técnicas de pesquisa que possibilita tornar replicáveis e válidas inferências sobre as condições de produção e recepção dos dados.

Os relatos foram transcritos na íntegra do texto original e em seguida realizamos a leitura flutuante, para identificação dos temas recorrentes que foram posteriormente agrupados em três classes temáticas, a saber: expressões da violência, protagonistas da violência e a violência e seus desdobramentos.

Na organização das categorias temáticas consideramos o conceito de violência e suas implicações. Por violência, compreendemos a manifestação de uma expressão de poder em uma relação de desigualdade. O termo *violência de gênero* aponta a ocorrência de ações violentas praticadas em função do gênero “em contextos e espaços relacionais e, portanto, interpessoais, que tem cenários sociais e históricos não uniformes” (BANDEIRA, 2014, p. 451).

De acordo com as identificações apresentadas nos depoimentos, a amostra foi constituída de jovens com idades entre 13 e 21 anos, sendo que, 28 identificaram-se como gays, 27 como lésbicas, 10 como bissexuais, 7 como transexuais, 1 como *queer* e 1 não informou identidade de gênero ou orientação sexual.

ADOLESCENTES LGBTs E VIOLÊNCIA

A fase da vida humana atualmente denominada adolescência, compreende o período o de desenvolvimento entre a infância e a idade adulta, sendo vivenciada de diferentes formas, em função da relação entre variáveis econômicas, sociais, psicológicas, históricas e culturais. Nesse sentido, compreendemos que não podemos referir-nos à adolescência, mas às adolescências, buscando vislumbrar como as múltiplas nuances que a compõe se mesclam em cada experiência.

Por conseguinte, o contexto escolar perpassa e influencia diretamente a vivência de diversas adolescências, sendo, pois, marcado, em grande parte, pela ausência das/os jovens em tal ambiente. Conforme apontado por Amorim (2012) em todo o mundo, quase 50% dos adolescentes em idade de frequentar o ensino secundário estão fora da escola, não conseguem concluir seus estudos ou terminam esse nível de educação com habilidades insuficientes, especialmente em relação às competências de alto nível exigidas cada vez mais pela moderna economia globalizada. De acordo com entrevista recente, João Paulo Carvalho Dias, presidente da Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil e membro conselheiro do Conselho Municipal de LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) em Cuiabá, afirma que o Brasil concentra 82% da evasão escolar de travestis e transgêneros. Tal situação decorre da não aceitação e



pela falta de política inclusiva que faz com que este público seja impelido para a prostituição, o trabalho clandestino e o desemprego.

Sendo assim, é comum ao contexto da/o adolescente brasileira/o vivenciar uma relação paradoxal, pois, na medida em que são considerados/as e cobradas/os como sendo o futuro da sociedade, suas necessidades são muitas vezes invisibilizadas, intensificando a necessidade de expô-las. O contexto escolar além de ser omissivo no tocante ao reconhecimento e fortalecimento das potencialidades desses sujeitos, subjugando-os no que diz respeito à forma de vivência da orientação de gênero e sua(s) sexualidade(s). Destarte, a escola consiste no espaço que ao invés de acolher e promover o respeito à diversidade, propicia a exclusão e uma vivência conturbada e problemática de tal experiência.

Conforme apontado anteriormente, após a organização e análise do material identificamos três principais temas, os quais subdividem-se em subtemas conforme descrito no quadro a seguir.

Quadro 1: Categorias identificadas nos depoimentos dos adolescentes/jovens

CLASSES TEMÁTICAS	Expressões da violência	Protagonistas de violência	A violência e seus desdobramentos
CATEGORIAS	Violência psicológica; Violência física; Violência verbal; Violência sexual; Intolerância religiosa.	Funcionários da escola; Professores; Colegas; Pais.	Evasão Escolar; Ideias suicidas; Sentimentos depressivos; Automutilação; Falta de perspectivas; Sentimento de inadequação.

A vivência de situações de violência faz parte da rotina de 73% dos estudantes pesquisados, manifestando-se de múltiplas formas, a saber: violência psicológica, física, verbal, sexual e institucional. Conforme percebemos, essas experiências tornam o ambiente escolar hostil, fragiliza emocionalmente os estudantes, desencadeando sentimentos de extremo desamparo: *“Me senti insegura, mal, como se não fosse útil, como se a minha vida não fizesse sentido. Me sinto como se ninguém ligasse pra mim, me sinto sozinha, afundando em uma piscina de areia movediça. Não consigo subir, quando eu tento subir a areia me puxa de volta. Às vezes só queria o fim da minha vida”*. (Depoimento de estudante bissexual, 15 anos, estado do Rio Grande do Sul).

Vale ressaltar que, os aspectos mencionados anteriormente somam-se a outros igualmente nocivos como a queda significativa do rendimento escolar que na maioria das vezes incita a desistência. A pesquisa aponta que cerca de 31,7% dos estudantes LGBT afirmaram ter faltado na



instituição educacional pelo menos um dia no último mês. Tal fato decorre do medo de sofrer agressões verbais no ambiente escolar e manifesta-se cotidianamente: *“Durante o ano de 2015 eu tive meu pior ano letivo de toda a minha vida, sofri vários comentários infelizes devido à minha sexualidade”* (depoimento de um estudante gay, 17 anos, estado de Minas Gerais).

As diversas formas de violência relatadas na pesquisa referem-se aos adolescentes que assumem ou apresentam-se ao que popularmente se convencionou chamar de tendência homossexual no período escolar. Desse modo, quando estes decidem expor sua orientação sexual, muitas vezes são estigmatizados pela sociedade, por familiares e pela escola, o que implica em diversos danos psicológicos desde a baixa autoestima até pensamentos suicidas, como afirma uma das participantes da pesquisa. *“Às vezes, eu sinto vontade de levar uma arma pro colégio, me suicidar lá”* (depoimento de uma estudante lésbica, 14 anos, estado de São Paulo).

Essas violências ocorrem, na maioria das vezes, dentro das escolas e no ambiente familiar, sendo praticadas por professores, funcionários, colegas e pais. Silva (2011) aponta para a ideia de “erro de criação” na educação como uma forma de explicação para a frustração dos pais. Além disso, podemos perceber que essa frustração se dá, também, a partir da ignorância pela qual a sociedade em geral lida com as questões de gênero e sexualidade que perpassam os limites da heteronormatividade e do binarismo, mantendo uma lógica preconceituosa e opressora quanto ao tratamento com as pessoas LGBT+. Essa compreensão está presente no imaginário dos pais, que veem o filho como anormal, aumentando mais a insegurança dos jovens e o desnorreamento dos genitores, levando-os a praticarem situações de agressão tanto física como verbal: *“Sofri segregação de professores e estudantes da instituição, bem como fui motivo de chacota durante todo o ensino fundamental e médio por gostar de dançar, ser muito feminina e apanhei muito em casa por isso, além de meu padrasto ter me colocado para trabalhar em duas oficinas mecânicas ainda na adolescência “para ver se eu tomava jeito de homem”. O resultado foi que eu tomei trauma de oficina pelas agressões verbais que eu recebia inúmeras vezes por parte de clientes, funcionários e pelo dono. Inclusive fui abusada na segunda oficina em que fui obrigada a trabalhar pelo meu padrasto e acabei por contrair sífilis primária, que foi detectada em um teste 2 meses depois do abuso sexual. Apanhei por algumas vezes nessas oficinas também e fui ameaçada de morte caso contasse algo sobre o estupro para a minha família.”* (depoimento de uma estudante trans, 17 anos, estado da Bahia).

Os adolescentes LGBT são constantemente recriminados por sua orientação sexual, não recebendo apoio da família tampouco da escola. Além disso, outras formas de violência e



discriminação são comuns no interior das instituições: *“No colégio reinava o machismo, a misoginia, a lgbtphobia, a gordofobia. Qualquer fuga do estereótipo padrão de gênero, sexualidade ou beleza era motivo de piadas. Não ocorreram agressões físicas, porém as verbais eram diárias (...).”* (depoimento de um estudante gay, 16 anos, estado do Paraná).

As agressões verbais deixam marcas profundas que se materializam em situações de solidão e casos de depressão: *“Muitas vezes fui ameaçado, humilhado, separado, desamparado”* (depoimento de um estudante gay, 16 anos, estado do Paraná). A solidão é fera, a solidão devora... nos diz a canção, é sentida como algo mortífero assegura Silva (2011).

É possível perceber, nas instituições, uma maior situação de opressão e discriminação quando os adolescentes vulneráveis a essas violências se encontram isolados. Desse modo, somos levados a supor que a inserção em um grupo ao qual compartilha gostos e identificações, proporciona aos indivíduos pertencentes a este uma maior sensação de segurança, coletividade e acolhimento, como podemos ver nesses relatos a seguir: *“(...) Quando me assumi para minha sala foram super a favor, sempre me apoiaram”* (depoimento de uma estudante lésbica, 16 anos, estado de São Paulo). E *“Eu me assumi publicamente em 2014 no facebook, em 2015 minha experiência foi melhor impossível. Tive a aceitação da escola inteira, ouvindo comentários raramente uma vez, mas não foi dito para mim, sim aos gays em geral. Apesar disso, tive o apoio de todos os professores, de 99 por cento dos estudantes. Não sofri agressão física ou verbal, em qualquer momento, ainda graças a isso, estimulei outros estudantes a se assumirem, fiz muitas amizades novas. Me assumir foi a melhor coisa que já fiz.”* (depoimento de um estudante gay, 16 anos, estado de São Paulo).

O pensamento suicida que aflige os adolescentes advém de inúmeros fatores, entre os quais a negação interna da sexualidade, que costuma ser reforçada pela sociedade heteronormativa através do ódio às pessoas que não se encaixam nesse molde: *“(...) Eu sou lésbica, mas por medo, insegurança, me digo bi”* (depoimento de estudante lésbica, 13 anos, estado do Rio de Janeiro).

Assim, esses jovens se encontram em um grande paradoxo, pois, ao mesmo tempo em que precisam se afirmar enquanto sujeitos que possuem suas particularidades, se deparam com uma sociedade completamente homofóbica que oprime e busca reprimir, de todas as formas, as mais diversas formas de manifestações que a homossexualidade venha a ser expressa nesses sujeitos.

As reações negativas e discriminatórias acerca da homossexualidade faz com que os jovens internalizem o sentimento de inadequação, pois os mesmos sabem que não são aceitos pelo grupo de amigos, familiares e sociedade em geral, gerando um sofrimento psicossocial onde acredita ser



um adolescente anormal, e ter que enfrentar um ambiente hostil como a escola, corrobora significativamente para os pensamentos suicidas (TEIXEIRA-FILHO, 2012). Vejamos: *“Obrigado por tudo, mas não vai ser agora a ajuda de vocês que vai fazer eu parar de me cortar ou parar de querer morrer”* (depoimento de estudante transexual, sem idade informada, estado do Rio Grande do Sul).

CONSTRUINDO ALTERNATIVAS

O respeito à diversidade resulta do desenvolvimento de valores éticos e morais, no qual a educação tem um papel fundamental além de ser um aspecto imprescindível para compreendermos como tornamo-nos sujeitos morais. Dessa forma, os estudos de Kohlberg permitem uma melhor compreensão acerca desse assunto ao demonstrar como o sujeito se torna capaz de respeitar determinadas regras sociais e a viver em sociedade orientando-se por princípios éticos (BIAGGIO, 2002).

De acordo com Power, Higgins & Kohlberg (1989, apud Biaggio, p.41, 2002) foi partindo do estudo acerca dos níveis e estágios de desenvolvimento moral, analisando o contexto de grupos e de como esses estavam inseridos em sistemas de regras e comportamentos socialmente aceitos e compartilhados, que se deu a análise do que chamaram de atmosfera moral, a qual permitiu explicar ações de determinados grupos e o desenvolvimento de “comunidades justas” enquanto programas de educação moral nas escolas.

Para Kohlberg, o desenvolvimento moral do sujeito passa da heteronomia, quando orienta-se por uma moral externa, para a autonomia, na qual ocorre a conquista da consciência individual (BIAGGIO, 2002). Dessa forma, tomando como referência as ideias de Piaget, propõe-se uma sequência de seis estágios do desenvolvimento moral que, segundo ele, são invariáveis e universais. Esses estágios oscilam entre níveis menos desenvolvidos até os mais desenvolvidos. O processo gradual de avanço desses níveis atravessam os indivíduos desde quando não compreendem ou respeitam normas e expectativas sociais compartilhadas, partindo para a identificação e internalização de regras e, por fim, julgam a realidade a partir da consciência e não da convenção. (BIAGGIO, 2002). Assim, os estágios refletem como os indivíduos raciocinam e julgam os fenômenos sociais, sendo que indivíduos adultos não necessariamente desenvolvem estágios de desenvolvimento moral elevados.

Por conseguinte, a construção da “comunidade justa” consiste em propiciar um espaço de diálogo no qual os indivíduos participem ativamente da elaboração e manutenção das regras,



permitindo, assim, que os alunos cheguem a consensos acerca do que é melhor para o grupo. Dito de outra forma, visa à resolução dos problemas de forma coletiva e a construção do equilíbrio nas relações. Dessa maneira, frente aos conflitos, o grupo deve reunir-se e buscar soluções que são justas para todos. Em suma, a partir da teoria de Kohlberg, é possível evidenciar que “o enfoque da ‘comunidade justa’ pode levar à criação de fases e estágios relativamente altos na atmosfera moral, que, por sua vez, influenciam a maneira pela qual os estudantes tratam uns aos outros” (BIAGGIO, 2002:61).

Nessa perspectiva, o combate e prevenção à violência de gênero deve ocorrer por meio de ações que possibilitem a internalização de princípios éticos, os quais podem ser executados como formas de conscientização, em substituição a punição mediante a ocorrência do problema. Os estudos de Blatt orientados por Kohlberg demonstram a potencialidade do confronto de opiniões, através da técnica de discussão dos dilemas morais em grupo, pois ao provocar conflitos cognitivos, permite o amadurecimento do julgamento moral dos participantes (BIAGGIO, 2002).

Tomando como referência as diretrizes acima mencionadas, consideramos que inicialmente é necessário identificar o nível de desenvolvimento moral dos envolvidos na prática da violência de gênero e a partir daí promover espaços de reflexão e diálogo, nos quais se possa confrontar opiniões e ampliar o debate em torno das questões éticas envolvidas nesta problemática.

Dessa forma, pressupomos a necessidade de investimento em práticas que promovam transformações sociais mais amplas e efetivas, que envolva toda a comunidade escolar e atue de forma preventiva. É necessário promover nas escolas a gestão democrática e participativa ou autogestão, em que a comunidade escolar seja responsável pela elaboração da estratégia pedagógica, escolha e elaboração de materiais, construção e fiscalização de regras de comportamento e a resolução de problemas e conflitos. Esses aspectos são propostos por Kohlberg na teoria da comunidade justa, que aponta as relações democráticas e igualitárias como potencializadoras do sentimento de pertencimento e justiça (BIAGGIO, 2002). Em outras palavras, o desenvolvimento moral nesse contexto será resultado da corresponsabilidade, do reconhecimento da igualdade e do respeito como valores que devem perpassar todas as relações, da solidariedade utilizada como ferramenta na superação das fragilidades. Quer dizer, será o resultado da vivência empírica de relações mais humanas tal como expressa o desejo acalentado por muitos estudantes: “(...) *tenho a esperança de um dia as escolas sejam uma segunda casa, onde além de se aprender sobre apenas fazer expressões matemáticas ou poemas arcaicos, mas também sobre*




igualdade, sobre respeito, sobre amar o próximo, porque é isso o que deveria ser ensinado nas escolas.” (depoimento de um estudante gay, 16 anos, estado do Paraná).

CONCLUSÃO

É indubitável as diversas conquistas realizadas pelos movimentos sociais, o que contribuiu efetivamente para o reconhecimento de direitos anteriormente ignorados, desrespeitados e violados. No entanto, a despeito dos avanços na compreensão da legitimidade das demandas da população LGBT, a hostilidade e diversas formas de violência vivenciadas por esse grupo ainda são recorrentes. Conforme podemos perceber, a instituição escolar tem um papel significativo na produção da violência de gênero e outras formas de discriminação, uma vez que, por ação ou omissão potencializa a ocorrência de atitudes discriminatórias, incorrendo na violência institucional e revitimização do referido grupo social. Sob outra perspectiva, dispõe de ferramentas que podem contribuir para o desenvolvimento de relações éticas, orientadas pela dialogicidade e respeito a diversidade, minimizando o sofrimento psicossocial daqueles/as que não se enquadram em padrões sociais impostos. Em outras palavras, temos o direito a sermos iguais quando a diferença nos inferioriza. Temos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza. As pessoas querem ser iguais, mas querem respeitadas suas diferenças. Ou seja, querem participar, mas querem também que suas diferenças sejam reconhecidas e respeitadas (SANTOS, 2003, p. 458).

Assim, a escola deverá investir em práticas que promovam o desenvolvimento e internalização de valores éticos que apontem para a necessidade de construção de relações respeitadas e solidárias. Ademais, é fundamental atentar para a instauração de um ambiente no qual o processo de ensino e aprendizagem extrapole a transmissão de conteúdos, atendendo as demandas daqueles que formam seu corpo, um “micro” corpo social. Nesse sentido, a experiência da *Comunidade Justa* na instituição de ensino, possibilita que todos os envolvidos percebam o respeito às diferenças como um imperativo da vida em sociedade. Por conseguinte, compreendendo o “todo” como algo que precisa ser respeitado, as singularidades podem e devem ser debatidas. De maneira geral, é preciso instituir práticas mais efetivas que ressaltem os direitos fundamentais, promovendo “[...] o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” uma vez que tal promoção é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil (Art. 3º, inciso IV). Por fim, compreendemos que a utilização dos princípios da *Comunidade Justa* pode propiciar que aqueles/as que devem ter espaço de fala, o tenha e que possam ser feitos ajustes de convivência que promovam o bem-estar de todos/as.



O que está sendo feito
Pode ser de outro jeito
O que já se fez e bem feito
O que está sendo feito
Pode não estar direito
O que passou é perfeito
O que está acontecendo
Pode ter defeito
O que já foi eu aceito
O que está acontecendo
Pode ser de outro jeito
O que passou merece
Respeito

(Respeito, Arnaldo Antunes, WEA, 2001)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Betânia Maria Oliveira. Sexualidade e mídia na formação docente. Tese (Programa de Pós-graduação em Sociologia) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2012.

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016.

BANDEIRA, Lourdes Maria. **Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação**. *Soc. estado*. [online]. 2014, vol.29, n.2, pp.449-469. ISSN 0102-6992. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922014000200008>>. Acesso em 29 de jan. 2017.

BERGER, Peter L.; LUCKAMANN, Thomas. Trad. de Floriano de Souza Fernandes. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 14. ed. - Petrópolis, Vozes, 1985.

BIAGGIO, Ângela Maria Brasil. **Lawrence Kohlberg: ética e educação moral**. São Paulo: Moderna, 2002. (Coleção Logos).



COMTE-SPONVILLE, André. **A vida humana**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

MARTINS, Rone Rosa; DE CASTRO, Raimundo Márcio Mota. **Diversidade sexual e de gênero no contexto escolar: conceitos, políticas públicas e função da escola**. Revista Profissão Docente, v. 16, n. 34, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. - São Paulo: Hucitec, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. In: **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, Marialda Moura da. **Uma fonte de água viva: a participação das mulheres no assentamento Arizona – São Miguel do Gostoso**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

SILVA, Valdeci Gonçalves. **O adolescente gay e a capacidade de resiliência da família**. Disponível em <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0295.pdf>. ISSN 1646-6977. Acesso em 08 de out. de 2017.

TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva; RONDINI, Carina Alexandra. **Ideações e tentativas de suicídio em adolescentes com práticas sexuais hetero e homoeróticas**. *Saúde soc.*, Set 2012, vol.21, no.3, p.651-667. ISSN 0104-1290

TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva; MARRETTO, Carina Alexandra Rondini. **Homossexualidades, homofobia e tentativas de suicídio em adolescentes LGBT**. - Anais Seminário Internacional Fazendo Gênero 8–Corpo, violência e poder, 2008. 8 p.